

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 12.

1 A busca incessante da humanidade pelo conhecimento produziu muitos resultados notáveis, entre eles, a consolidação da técnica de edição de material

4 genético denominada Crispr (lê-se “crisper”), por meio da qual cientistas conseguem mudar o DNA de um embrião humano de forma mais econômica e mais precisa.

7 Com essa técnica, muitas promessas da terapia genética – como a correção de doenças hereditárias – devem se tornar realidade, pois ela permite que um erro no

10 DNA seja retirado e outro material, “correto”, seja colocado no lugar.

Os feitos com Crispr abrem também um grande

13 debate ético, já que permitiriam a modificação de material genético humano antes do nascimento, mas podem, por outro lado, ser a solução para uma série de doenças

16 causadas por mutações genéticas.

A técnica pode ainda modificar o genoma de um vírus e de outros agentes causadores de doenças para que

19 eles não causem mais dano. Vírus como o da Aids, por exemplo, podem, no futuro, perder a capacidade de atacar as células de defesa humana.

22 Um resultado notável com o Crispr foi obtido por um grupo de cientistas que conseguiu eliminar, com sucesso, nos Estados Unidos, um vírus presente no DNA

25 de 37 porcos, superando um dos maiores obstáculos ao transplante de órgãos do animal para seres humanos.

Experimentos mostraram que o vírus poderia

28 “escapar” do material genético para infectar os tecidos humanos. A técnica pode, no futuro, viabilizar o xenotransplante, o transplante de órgãos entre diferentes

31 espécies.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

Em relação à tipologia do texto e às ideias nele expressas, julgue os itens 1 e 2.

- 1 No texto, estruturado em forma dissertativa, questiona-se a eficácia de uma recém-descoberta técnica de edição de material genético, dada a polêmica ética despertada no meio científico.
- 2 Entende-se da leitura do texto que o emprego da técnica Crispr poderá impedir que o vírus da Aids ataque o sistema imunológico humano.

Considerando aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de 3 a 6.

- 3 Estaria preservada a correção gramatical do texto caso a forma verbal “devem” (linha 9) estivesse flexionada na terceira pessoa do singular, dada a possibilidade de concordância com o núcleo da expressão mais próxima “correção de doenças hereditárias” (linha 8).
- 4 A oração “já que permitiriam a modificação de material genético humano antes do nascimento” (linhas 13 e 14) expressa, em relação à oração anterior, circunstância de consequência.
- 5 Estaria preservada a correção gramatical do texto, mas não o seu sentido original, caso fosse inserida vírgula imediatamente após o termo “cientistas” (linha 23).
- 6 O emprego da vírgula após “xenotransplante” (linha 30) justifica-se por separar um aposto explicativo.

Considerando a correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 7 a 9.

- 7 “por meio da qual” (linhas 4 e 5) por **pelo quê**
- 8 “devem se tornar” (linha 9) por **devem tornar-se**
- 9 “para seres humanos” (linha 26) por **à pessoas**

Julgue os itens de 10 a 12 no que se refere à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto.

- 10 “entre eles, a consolidação da técnica de edição de material genético denominada Crispr” (linhas de 2 a 4): **entre os quais se insere a consolidação da técnica de edição de material genético conhecida como Crispr**
- 11 “pois ela permite que um erro no DNA seja retirado e outro material, ‘correto’, seja colocado no lugar” (linhas de 9 a 11): **porquanto ela permite que se retire um erro no DNA e se coloque outro material, “correto”, no lugar**
- 12 “para que eles não causem mais dano” (linhas 18 e 19): **para eles não causarem mais dano**

Julgue os itens 13 e 14, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 13 Considerando que a proposta encaminhada a este Conselho encontra-se sem evolução a pelo menos oito meses, sem resposta da entidade quanto ao saneamento das pendências identificadas.
- 14 Diante do exposto acima essa Comissão de Análise Técnica posiciona-se com parecer não favorável a solicitação ora apresentada.

RASCUNHO

Em uma sessão de cinema, havia 3 amigas sentadas na mesma fileira, lado a lado: Júlia; Adriana; e Marta. Marta sentava-se adjacente a quem vestia saia. Júlia, que não vestia verde, sentava-se entre as outras amigas. Adriana, que vestia calça, sentava-se imediatamente à direita de quem estava de vermelho. Quem vestia bermuda estava de rosa.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **15 a 17**.

- 15** Júlia vestia saia.
- 16** Adriana estava de verde.
- 17** Marta estava de vermelho.

Para uma comissão, necessitam-se de 4 técnicos e 2 engenheiros. Há disponíveis 6 técnicos e 5 engenheiros, entre os últimos, Abel.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens **18 e 19**.

- 18** É possível montar mais de 200 comissões diferentes.
- 19** Escolhendo-se aleatoriamente, a probabilidade de Abel estar na comissão é maior que 30%.

8 computadores, trabalhando 12 h por dia, durante 15 dias, concluem 400 processamentos de imagens de alta definição. Os computadores têm igual capacidade e os processos exigem o mesmo tempo.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens de **20 a 22**.

- 20** O número de processamentos de imagens de alta definição é diretamente proporcional ao número de computadores.
- 21** Mantendo-se as demais grandezas constantes, se o número de computadores aumentar em 25%, então o número de dias diminuirá em 20%.
- 22** Para concluir 150 processamentos de imagens de alta definição, com 6 computadores trabalhando 8 h por dia, serão necessários menos de 10 dias.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação ao Microsoft Word 2013, ao sistema operacional Windows 10 e ao programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais recente, julgue os itens de **23 a 27**.

- 23** O Word 2013 possui recursos que permitem criar, armazenar e reutilizar partes do conteúdo, incluindo AutoTexto, propriedades do documento (como título e autor) e campos.
- 24** Caso o usuário utilize uma tabela muito grande no Word 2013, esse editor de texto permite que o título da tabela seja repetido em cada página, desde que sejam realizadas as devidas configurações.
- 25** Por ser considerado como um *software* proprietário, o Windows 10 não permite ao usuário configurá-lo para impedir que programas desnecessários iniciem automaticamente junto com ele.
- 26** A ferramenta Limpeza de Disco, do Windows 10, exclui tanto arquivos temporários quanto arquivos de sistema do computador.
- 27** Com o programa de navegação Mozilla Firefox, é possível navegar na Internet sem salvar qualquer informação no computador sobre os *sites* visitados. No entanto, o Firefox não consegue bloquear rastreadores que seguem o comportamento do usuário por meio da *web*, em virtude da diversidade e complexidade desses *softwares*.

A respeito do programa de correio eletrônico MS Outlook 2016, das noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e dos aplicativos para segurança da informação, julgue os itens de **28 a 32**.

- 28** Ao utilizar o programa de correio eletrônico MS Outlook 2016, o usuário poderá organizar seus *e-mails* e gerenciar o calendário para agendar reuniões e compromissos.
- 29** No Outlook 2016, existem várias maneiras de se pesquisar um contato; entre elas, o usuário pode pesquisar enquanto redige uma nova mensagem.
- 30** Os tipos de ataque Cavalo de Troia e *backdoor* agem da mesma forma. Ambos necessitam de uma senha para acessar o sistema e burlar os procedimentos de segurança.
- 31** A bomba lógica tem como característica principal enviar várias requisições de informação para um sistema de computação, com o objetivo de paralisá-lo.

- 32** O *firewall* é um *software* que filtra todas as mensagens que entram na rede de uma empresa, inclusive as criptografadas. Sua principal função é enviar uma notificação ao administrador da rede acerca das mensagens que não atendem aos critérios de segurança previamente estabelecidos, sem bloqueá-las, pois não possui recursos para tal.

O presidente americano, Donald Trump, alertou que haverá “punição severa” caso haja confirmação da participação saudita no caso do desaparecimento do jornalista Jamal Khashoggi e afirmou que pedirá uma cópia dos áudios divulgados, mas também deixou claro que não gostaria de se afastar da Arábia Saudita.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **33 a 36**.

- 33** Um dos motivos do desejo de Trump de se manter próximo da Arábia Saudita é o poder petrolífero do país, grande produtor e regulador do preço dessa fonte energética.
- 34** Potência militar regional, a Arábia Saudita tem grande proximidade com a Rússia no plano militar, o que interfere na estratégia geopolítica dos Estados Unidos na região.
- 35** O governo saudita tem se mostrado um frágil colaborador dos Estados Unidos no combate ao terrorismo, tendo participado de forma irrelevante nas operações contra o extremismo islâmico no Oriente Médio.
- 36** A Arábia Saudita é importante parceiro comercial dos Estados Unidos, que obtiveram, em 2017, um significativo *superavit* em suas transações com o país árabe.

O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

Internet: <www.mma.gov.br> (com adaptações).

A respeito do assunto abordado no texto acima e de temas correlatos, julgue os itens de **37 a 40**.

- 37** Em 2016, o Brasil ratificou seu compromisso com as metas do Acordo de Paris.
- 38** As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) brasileiras incluem o compromisso de ampliar a participação de biocombustíveis sustentáveis na matriz energética do País.
- 39** Como está previsto no Acordo de Paris o chamado “desmatamento zero”, produtores rurais brasileiros encontram-se, pela lei, proibidos de promover qualquer desmatamento em áreas de florestas na Amazônia Legal.
- 40** O Brasil possui uma matriz energética com cerca de 40% de fontes renováveis, o que supera amplamente a participação média mundial.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A ética como disciplina da grade curricular obrigatória

David Rechulski*

3 de julho de 2017 | 4 h

Desde muito que a retidão de conduta, os bons costumes, os valores virtuosos vêm se flexibilizando nas sociedades modernas. O excesso de individualismo ganha espaço e se solidifica no jogo do vale tudo, do cada um por si. A chamada Lei de Gérson, que reza que o certo é levar vantagem em tudo, ganha sucessivos adeptos e força de cláusula pétreia, enquanto, em compasso inversamente proporcional, a ética caminha, em marcha firme, decidida, para a pecaminosa extinção. Logo, a grande questão que se coloca é justamente como resgatá-la de seu sono sepulcral, do tão profundo abismo do ostracismo em que se encontra nos tempos atuais.

Todavia, a resposta pode ser bem menos complexa do que se imagina, não sendo necessário nenhum milagre ressuscitador, bastando apenas e tão somente vontade política para acrescê-la como disciplina curricular obrigatória, desde os primeiros bancos escolares até o limiar da graduação superior.

Internet: <<https://politica.estadao.com.br>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **41** a **50** de acordo com o Código de Ética dos Profissionais da Química (Resolução Ordinária n.º 927/1970).

- 41** O profissional da química deve ajudar a coletividade na compreensão justa dos assuntos técnicos de interesse público.
- 42** O profissional da química deve divulgar informações sobre trabalhos ou estudos do contratante do seu serviço, independentemente de autorização deste, em respeito ao princípio da publicidade.
- 43** O profissional da química não deve exercer atividade em empresa sujeita à fiscalização por parte do órgão técnico oficial junto ao qual esteja em efetivo exercício remunerado.
- 44** Quando prestar serviços em uma fábrica, não caberá ao profissional da química exigir do seu contratante o cumprimento de suas recomendações técnicas.
- 45** O profissional da química deve usar de sua posição junto ao contratante de seus serviços para forçá-lo a adquirir produtos de empresa com que possua ligação comercial, uma vez que isso proporcionará maior segurança na qualidade do produto.
- 46** O profissional da química não poderá aceitar remuneração inferior àquela definida em lei ou em termos que dela decorram, mas poderá aceitar remuneração inferior à estipulada pelos órgãos de classe.
- 47** O profissional da química tem a opção de recusar contato com jovem profissional ou colega que esteja em busca de encaminhamento para emprego ou orientação técnica.
- 48** O profissional da química, como cidadão ou técnico, não deve se recusar a opinar em matéria de sua especialidade quando se tratar de assunto de interesse da coletividade.
- 49** Nos casos de improbidade, ao profissional da química que cometer faltas no exercício profissional deverão ser aplicadas advertências escritas, sendo assegurado o pleno direito de defesa.
- 50** O profissional da química que receber sanção pelo Conselho Regional de Química poderá recorrer ao Conselho Federal de Química.

Acerca das diretrizes relativas ao processo de infração ao Código de Ética dos Profissionais da Química, julgue os itens de **51** a **60**.

- 51** Infrações praticadas por titulares de delegacias dos Conselhos Regionais de Química serão julgados administrativamente pelo Conselho Federal de Química.
- 52** O profissional que cometer infração ao Código de Ética somente poderá receber advertência por escrito e confidencial, sendo proibida a advertência pública.
- 53** Considera-se como infração ao Código de Ética deixar de requerer, para o exercício da profissão, a revalidação e o registro do diploma estrangeiro, no prazo legal, e(ou) o registro profissional no Conselho Regional de Química de sua jurisdição.
- 54** A quebra de sigilo profissional não pode ser considerada como infração ao Código de Ética, já que a referida atitude não está listada no rol taxativo de infrações.
- 55** As Comissões de Ética Profissional nos Conselhos Regionais de Química serão formadas por três conselheiros e as do Conselho Federal de Química, por seis conselheiros.

- 56** A instauração de processos de infração ao Código de Ética, a partir de denúncias, será feita por escrito, por qualquer pessoa física ou jurídica.
- 57** Instaurado o processo de infração no Conselho Regional de Química, o profissional envolvido será cientificado, por escrito, quanto ao conteúdo da denúncia, tendo o prazo de trinta dias, a partir do recebimento, para apresentação de sua defesa.
- 58** As partes interessadas poderão recorrer do processo de infração, no prazo máximo de quinze dias úteis, após a notificação da decisão do Conselho Regional de Química, via Conselho Regional, ao Conselho Federal de Química.
- 59** O julgamento pelo Conselho Regional terá caráter sigiloso e a decisão será tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Plenário, em votação aberta.
- 60** A Comissão de Ética do Conselho Federal de Química realizará julgamento do recurso sem caráter sigiloso.

A Lei n.º 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI), foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor seis meses depois, sendo regulamentada pelo Decreto n.º 7.724/2012. A LAI é resultado de um esforço da Administração Pública de trazer mais transparência ao governo e de disponibilizar ao cidadão as informações de caráter público, instituindo obrigações, prazos e procedimentos para a divulgação de dados, prevista pela Constituição Federal de 1988, no art. 5.º, inc. XXXIII, no art. 37, § 3.º, inc. II, e no art. 216, § 2.º. Apesar de várias leis anteriores aproximarem o Estado da sociedade, a Lei n.º 12.527 foi vanguardista, na medida em que estabeleceu a obrigatória prestação de contas por todo e qualquer órgão ou entidade da administração direta e indireta (incluindo empresas públicas, sociedades de economia mista e outros entes controlados direta ou indiretamente pela União) e por entidade privada sem fins lucrativos que receba recursos públicos. Assim, ao estabelecer rotinas para o atendimento ao cidadão, organiza e protege o trabalho do servidor.

Internet: <www.justica.gov.br> (com adaptações).

À luz da LAI (Lei n.º 12.527/2011), julgue os itens de **61** a **70**.

- 61** Os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público subordinam-se ao regime da LAI (Lei n.º 12.527/2011).

- 62** O direito fundamental de acesso à informação deve ser executado em conformidade com a diretriz de divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- 63** Informação sigilosa é a informação submetida permanentemente à restrição de acesso público, em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- 64** Quando a informação for parcialmente sigilosa, o requerente não terá acesso à parte não sigilosa.
- 65** É dever dos órgãos e das entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- 66** O órgão ou a entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Em não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou a entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a dez dias, comunicar a data, o local e o modo para se realizar a consulta.
- 67** Caso o cidadão solicite reprodução de documentos pelo órgão consultado e o pagamento dessa cópia possa prejudicar seu sustento próprio ou o de sua família, será gerada uma guia de recolhimento da União, que deverá ser paga posteriormente.
- 68** Caso a manipulação de informação presente em documento possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificado de que esta confere com o original.
- 69** Caso o acesso à informação seja indeferido, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias, a contar da sua ciência.
- 70** Documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos poderão ser objeto de restrição de acesso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da natureza jurídica e das prerrogativas dos Conselhos de Fiscalização Profissional, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** O poder de polícia atribuído aos Conselhos de Fiscalização Profissional alcança a prerrogativa de vigilância de seus associados, inclusive mediante a possibilidade de requisição de documentos, sem que a esse exercício seja oponível, como óbice, sigilo profissional ou direito à intimidade.
- 72** A despeito de ostentarem natureza jurídica de autarquia, os Conselhos de Fiscalização Profissional não estão isentos do recolhimento de custas processuais.
- 73** A possível submissão dos Conselhos de Fiscalização Profissional ao Regime Jurídico Único encontra ressalva em situações consolidadas no tempo sob a égide da legislação anterior.
- 74** A atividade fiscalizatória exercida pelos Conselhos de Fiscalização Profissional deflui do poder de polícia, de natureza administrativa, o que afasta, em absoluto, a competência da Justiça do Trabalho para conhecer de questionamentos judiciais a seu respeito.
- 75** Embora autarquias, as condenações judiciais de obrigação de pagar quantia certa impostas aos Conselhos de Fiscalização Profissional não se submetem ao regime de precatórios.

Com base na lei e na jurisprudência, julgue os itens de **76 a 80** a respeito dos Conselhos de Fiscalização Profissional e da execução fiscal.

- 76** A prescrição da pretensão de ajuizamento de execução fiscal para cobrança de anuidades devidas a Conselho Profissional fica suspensa até que o montante do débito alcance o valor correspondente a quatro anuidades, excluídos encargos legais.
- 77** O limite mínimo de quatro vezes o valor da anuidade cobrada pelo Conselho Profissional como condição para aviamento de execução fiscal alcança as execuções anteriores à Lei n.º 12.514/2011, ensejando perda superveniente do interesse de agir.
- 78** Em sede de execução fiscal, o representante judicial de Conselho de Fiscalização Profissional possui a prerrogativa de ser pessoalmente intimado.
- 79** As execuções fiscais manejadas por Conselho de Fiscalização Profissional em valor inferior a dez mil reais devem ser arquivadas provisoriamente, somente merecendo reativação quando o débito, em razão dos encargos, ultrapassar aquela monta.
- 80** Em concorrência de penhoras sobre um mesmo bem, o crédito exequendo de Conselho de Fiscalização Profissional preferirá o crédito exequendo da Fazenda Estadual.

À luz do contexto jurídico em que se deu a declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 11.000/2004 pelo Supremo Tribunal Federal, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** Uma das ofensas à Constituição deu-se em razão da violação ao princípio da legalidade tributária, com o estabelecimento de exação (contribuições) sem identificação detalhada de fato gerador ou do benefício direto auferido pela categoria como contrapartida.
- 82** A censura constitucional pautou-se essencialmente na prerrogativa desmedida conferida ao administrador de, sem parâmetros legais, estipular o valor das anuidades.
- 83** É constitucional a fixação do valor das anuidades pelos Conselhos de Fiscalização Profissional por ato infralegal, desde que em diálogo com lei que estabeleça critérios e limites para tanto.
- 84** A inconstitucionalidade declarada deu-se em razão de vício formal de iniciativa, haja vista competir privativamente ao presidente da República a edição de leis que organizem ou disponham sobre entidades da administração direta, sob pena de vulneração à separação de Poderes.
- 85** A fixação de anuidade por ato infralegal é constitucional desde que haja lei autorizadora nesse sentido.

No que se refere aos embargos de divergência, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** Os embargos de divergência pressupõem, como hipótese de cabimento, dissenso entre órgãos fracionários necessariamente distintos.
- 87** A divergência ensejadora dos embargos há de ser atual, não comportando conhecimento o recurso que invoque, como paradigma, julgado anterior à consolidação de entendimento.
- 88** São admitidos embargos de divergência quando o dissenso se evidenciar em acórdão proferido em agravo interno que julga recurso especial ou recurso extraordinário, não se admitindo o recurso, todavia, se a divergência se operar em agravo contra inadmissão de recurso especial ou de recurso extraordinário.
- 89** A divergência autorizadora da oposição dos embargos deve dizer respeito a direito material, não se admitindo o dissenso sobre questões processuais.
- 90** O desprovimento de embargos de divergência exigirá do recorrente a ratificação de eventual recurso extraordinário que, anteriormente interposto, esteja pendente de julgamento.

Com relação a *amicus curiae*, julgue os itens de **91 a 94**.

- 91** O pedido de ingresso como *amicus curiae* deduzido por Conselho de Fiscalização Profissional tem o condão de deslocar a competência de processamento e julgamento do feito para a Justiça Federal.
- 92** O *amicus curiae*, por não ser parte nem terceiro prejudicado, não possui legitimidade ou interesse para interpor qualquer recurso.
- 93** Somente podem intervir como *amicus curiae* pessoas jurídicas ou órgãos.
- 94** A intervenção do *amicus curiae* exige provocação, não se admitindo por atuação de ofício do juízo.

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 13.655/2018, julgue os itens de **95 a 99**.

- 95** A proibição do comportamento contraditório (*nemo potest venire contra factum proprio*) subordina a Administração, impedindo, por exemplo, que mudança de orientação geral fundamente a invalidação de ajuste cuja produção já se haja completado.
- 96** As opiniões técnicas sem caráter vinculativo não podem ensejar a responsabilidade pessoal do agente público que as manifesta. Uma vez migrando para a motivação do ato praticado pela autoridade competente, o fundamento se torna responsabilidade dessa.
- 97** A bem da segurança jurídica, não se admitem decisões na esfera administrativa baseadas em valores jurídicos abstratos.
- 98** A mudança de orientação sobre norma de conteúdo aberto deverá prever regime de transição quando o exigir o interesse geral.
- 99** As normas de gestão pública exigem, em sua interpretação, que se considerem aspectos práticos, como, por exemplo, as dificuldades reais enfrentadas pelo gestor.

A partir do Código de Processo Civil, julgue os itens de **100 a 104** a respeito do incidente de resolução de demandas repetitivas.

- 100** Caso já haja questão de direito repetitiva afetada para julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça no âmbito de sua competência, o incidente de resolução de demandas repetitivas poderá ser instaurado no segundo grau, mas será imediatamente sobrestado.
- 101** Durante o período de suspensão das demandas repetitivas, eventuais pedidos de tutela de urgência deverão ser deduzidos perante o juízo em que tramitam os processos.
- 102** Julgado o incidente, a tese firmada será aplicada a todos os processos que tratem do tema, excetuados aqueles em curso perante os Juizados Especiais, que somente observarão julgados emanados da Turma Nacional de Uniformização.
- 103** A suspensão das demandas repetitivas poderá ser estendida nacionalmente, para além do estado ou da região, mediante requerimento da parte interessada ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal.
- 104** Não julgado o incidente em um ano, cessa a suspensão das demandas repetitivas, salvo decisão fundamentada em sentido contrário.

Acerca do Regimento Interno do Conselho Federal de Química, julgue os itens de **105 a 109**.

- 105** Ao Conselho Federal de Química compete realizar mudanças nos regimentos internos dos Conselhos Regionais, de modo a manter certa uniformidade.
- 106** O Plenário é órgão deliberativo máximo do Conselho Federal de Química, sendo composto por um representante de cada Conselho Regional.

- 107** O presidente do Conselho Federal de Química é eleito por votação da Diretoria para mandato de três anos.
- 108** A função de membro do Conselho Federal de Química é honorífica e não assegura nenhuma espécie de remuneração, gratificação ou indenização.
- 109** O *quorum* para deliberação do Conselho Federal de Química é a maioria de seus membros.

Quanto aos Conselhos de Fiscalização Profissional, julgue os itens de **110 a 115**.

- 110** A exigência de concurso público não impede que os Conselhos de Fiscalização Profissional terceirizem atividades materiais acessórias.
- 111** Por sua natureza autárquica, não é possível aos Conselhos de Fiscalização Profissional celebrar acordo coletivo de trabalho.
- 112** A natureza parafiscal das contribuições (anuidades) percebidas pelos Conselhos de Fiscalização Profissional atrai a possibilidade de controle externo pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- 113** Em razão de sua condição de autarquia e por força da natureza jurídica da contribuição corporativa, os Conselhos de Fiscalização Profissional devem prestar contas e apresentar relatórios de gestão ao Tribunal de Contas da União.
- 114** É da Justiça estadual a competência para processamento de execução fiscal ajuizada por Conselho de Fiscalização Profissional.
- 115** De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é a atividade básica desempenhada pela empresa que determina ou não a sua vinculação a determinado Conselho de Fiscalização Profissional e a exigência de responsável técnico registrado.

À luz da Lei n.º 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** A mera identidade entre sócios de diferentes empresas de um mesmo segmento pressupõe a configuração de grupo econômico a impor responsabilidade trabalhista solidária.
- 117** A permanência do empregado no ambiente de trabalho por escolha própria, em razão de interesse pessoal, não será computada para fins de jornada extraordinária.
- 118** As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho prevalecem sobre as estipuladas em convenções coletivas, ainda quando estas forem mais vantajosas para os empregados.
- 119** São devidos honorários sucumbenciais, exceto em desfavor da Fazenda Pública ou em favor de sindicato que atue como substituto processual.
- 120** A partir da chamada Reforma Trabalhista, positivou-se, no direito processual do trabalho, a possibilidade de dinamização do ônus da prova até mesmo em desfavor do empregado.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto deverá ter extensão mínima de **15 linhas** e máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Há de se admitir a existência de uma margem de conformação em prol dos poderes eleitos para o estabelecimento de entidades híbridas, mais ou menos próximas do regime jurídico de direito público, isto é, que estejam mais ou menos vinculadas ao Estado. Nada impede, nesse sentido, que se estabeleçam regimes jurídicos mesclados, que possuam simultaneamente elementos de direito público e privado. Ambas as opções – por um modelo exclusivamente público ou híbrido – podem ser legítimas, desde que observados alguns parâmetros decorrentes de exigências pragmáticas e democrático-constitucionais.

Gustavo Binenbojm. **Poder de Polícia, Ordenação, Regulação**. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 270-271.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A natureza jurídica dos conselhos de fiscalização profissional

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) a natureza jurídica dos Conselhos de Fiscalização Profissional e a justificativa para tanto à luz da tensão com o direito ao livre exercício da profissão;
- b) obrigatoriedade ou não de realização de concurso público e discussão sobre qual seria a natureza do vínculo de seu pessoal; e
- c) obrigatoriedade ou não de realização de licitação e submissão ou não às regras de transparência e de acesso à informação.